



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7643

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluke Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Cria e Institui Conselhos, Programas, Planos, Salas, Comissões, etc

Autoria: Executivo Municipal

Data: 15/12/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 162/2009. Dispõe sobre a criação de Unidades Externas – Centros de Convivência, destinados às realizações de ações e assistência social no município de Montes Claros, e dá outras providências. (Centro de Convivência Professora Heloísa Veloso dos Anjos Sarmento; Centro de Convivência São Geraldo II e o Centro de Convivência do Esplanada. (Referente à Lei nº 4.191, de 21/12/2009).

Controle Interno – Caixa: 7.1

Posição: 28

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Cria
CX: 7.1
Ordem: 28
nº fls: 04



129/2009

17.12.2009

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.191 de 21/12/2009.

PROJETO DE LEI Nº 162 /2009

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Criação de Unidades Externas - Centros de Convivências, e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 15/12/2009
Comissão de Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - APROVADO EM RÉGIME DE URGÊNCIA EM 17/12/09
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

Montes Claros (MG), 11 de dezembro de 2009.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 354 /2009

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que *"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR UNIDADES EXTERNAS – CENTROS DE CONVIVÊNCIAS."*

Como é de conhecimento de Vossa Excelência, o município tem o dever de resguardar e garantir o direito dos cidadãos, principalmente da população carente, cujo objetivo de obter assistência sociais, por meio de ações sócio-educativas, sócio-assistenciais e o apoio sócio-familiar, que só obterá êxito com a criação dos referidos Centros de Convivência para, que assim, sejam feitas as ações sociais necessárias.

Tendo em vista a necessidade da criação dos citados centros de convivência, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> PROCB
15/12/2009	
HORA: 14h	
ASS: 	



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP: 39.401-002

PROJETO DE LEI Nº. ~~161~~ 162
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.

*Ar. 1º e 2º
15/12/2009*

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UNIDADES EXTERNAS –
CENTROS DE CONVIVÊNCIAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criado o Centro de Convivência Professora Heloísa Veloso dos Anjos Sarmiento, localizado à Rua Gabriel Passos, s/n.º, Centro, em Montes Claros – Minas Gerais.

Art. 2º – Fica criado o Centro de Convivência São Geraldo II, localizado em endereço provisório, à Praça da Igreja, n. 380, Povoado São Geraldo, nesta cidade de Montes Claros – Minas Gerais

Art. 3º – Fica criado o Centro de Convivência do Esplanada, localizado à Avenida Cel. Coelho, n.º 163, Bairro Esplanada, em Montes Claros – Minas Gerais

Montes Claros, 11 de dezembro de 2009.


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 162/2009 QUE “Dispõe sobre a criação de Unidades Externas, Centros de Convivências e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem por fim a criação de Unidades Externas, Centros de Convivências.


Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto, tendo em vista que trata de assuntos de interesse local.

O mesmo se diga em relação à iniciativa, posto que compete ao Executivo a criação e administração das políticas públicas.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 16 de dezembro de 2009.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 162/2009

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Dispõe sobre a Criação de Unidades Externas – Centros de Convivência, e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 15/12/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 16/12/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto dispõe sobre a Criação de Unidades Externas – Centros de Convivência, e dá Outras Providências.

Nos termos do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, compete ao Executivo Municipal organizar a estrutura administrativa municipal com a finalidade de atender o interesse público, inclusive criação de Centros Municipais de Convivência para oferecer serviço sócioeducacional à pessoas de baixa renda.

Sendo assim, esta Comissão verifica que a referida proposição não incide em vício de iniciativa e nem fere normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2009.

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____